

GRÁTIS | GUIA DOS 365 RESTAURANTES

As escolhas da VISÃO Sete para comer bem o ano inteiro de norte a sul e nos Açores e na Madeira - 100 PÁGINAS



VISÃO

www.visao.pt Nº 940 • 10 a 16 de março de 2011 Continente e ilhas: € 3,00

EXCLUSIVO

PSD JÁ TEM MANUAL PARA GOVERNAR

Acompanhado de muito perto por Passos Coelho, o livro que servirá de inspiração ao programa económico de Governo do PSD resulta dos contributos de 55 empresários e gestores de grandes empresas

Flexibilizar trabalho e baixar taxa social única

Reduzir IRC e apostar na **cobrança do IVA**

Criar **cheque-ensino**, e escola privada como opção

Privatizar RTP1, concessionar RTP2, acabar com a RTPN

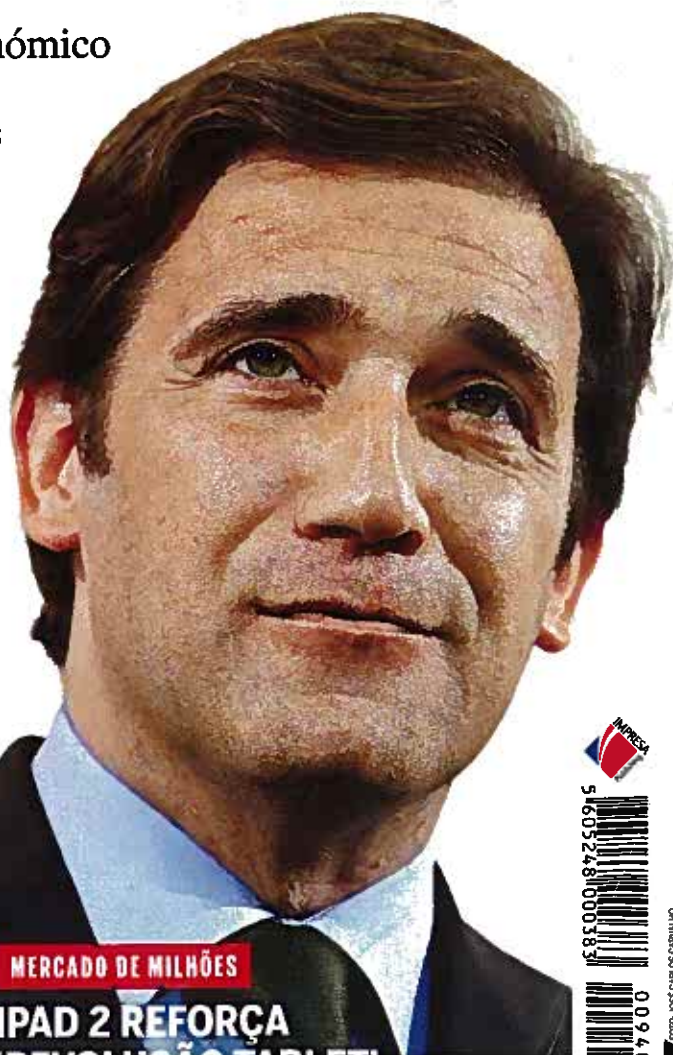
Reforçar a gestão privada nos **hospitais**

Extinção drástica de empresas públicas

Cortar Câmaras, Freguesias e **deputados**

Nomear **embaixadores** políticos com perfil de gestão

Remunerar **juízes** em função da produtividade



RELANÇAMENTO
COM ESTA EDIÇÃO
Livros de filmes
Benjamin Button
ou Casino Royale

GERAÇÃO À RASCA

SEIS HISTÓRIAS, SEIS

MERCADO DE MILHÕES

IPAD 2 REFORÇA



FOTO: JOSÉ CARLOS CARVALHO

Um guião para o poder

A VISÃO desvenda o documento que enquadrará o programa económico do PSD. As privatizações de hospitais, o fim das *golden shares*, autarquias e ministérios, estão entre as 365 ideias para Passos Coelho governar

POR TIAGO FERNANDES E JOÃO PAULO VIEIRA

Em junho de 2010, Pedro Passos Coelho desafiou Pedro Reis, gestor de empresas e um dos conselheiros económicos do líder do PSD, a elaborar um estudo com vista ao relançamento da economia portuguesa. Ao fim de nove meses de gestação, o documento está pronto – será apresentado na próxima terça-feira, 15 – e já é uma das leituras de cabeceira de Eduardo Catroga, que coordena a elaboração do futuro programa de governo social-democrata.

Em *Voltar a Crescer* (assim se chama este livro, cujos direitos pertencem ao PSD), Pedro Reis conseguiu juntar contributos de 55 dos mais poderosos empresários e gestores nacionais – como Américo Amorim, Paulo Azevedo, da Sonae, ou líderes de grandes bancos, como Faria de Oliveira, Carlos Santos

Ferreira ou António Horta Osório – a partir dos quais resultaram 365 propostas. A VISÃO revela as principais, e que contêm, de forma clara e sem rodeios, uma visão liberal para o crescimento do País, da Economia à Justiça, passando pelo Investimento Externo, pelas privatizações, pela RTP e uma revisão fiscal profunda. O primado defendido ao longo do livro é o de uma maior tributação do consumo, aliviando-se a carga fiscal sobre o rendimento. Ainda no capítulo fiscal, sugere-se que empresas e cidadãos estrangeiros que queiram ter atividade ou fixar-se em Portugal sejam contemplados com uma série de benefícios fiscais. A sedução do capital externo é, de resto, uma estratégia que se vislumbra ao longo do documento, em diversas propostas, como a criação da figura de um supervendedor, um ex-

quadro de topo, que andarà pelo mundo a tentar captar investimento estrangeiro para Portugal.

O facto de algumas das medidas – como o aumento da gestão privada na Saúde, uma maior facilitação na cessação de contratos de trabalho e a do cheque-ensino – virem na linha das propostas laranja para a revisão constitucional fazem crer, até dentro do círculo restrito de Passos Coelho, num peso substantivo que este livro irá ter num futuro programa económico de governo do PSD. «Este trabalho é pedido, patrocinado e incentivado pelo PSD e, portanto, imagino que não será deitado fora», comenta Pedro Reis, em entrevista à VISÃO, onde pormenoriza o grande envolvimento e a participação que Passos Coelho teve ao longo da feitura do livro, do qual assina, aliás, o prefácio. Seguem-se as principais medidas propostas, arrumadas por grandes áreas.

1 | Diplomacia económica

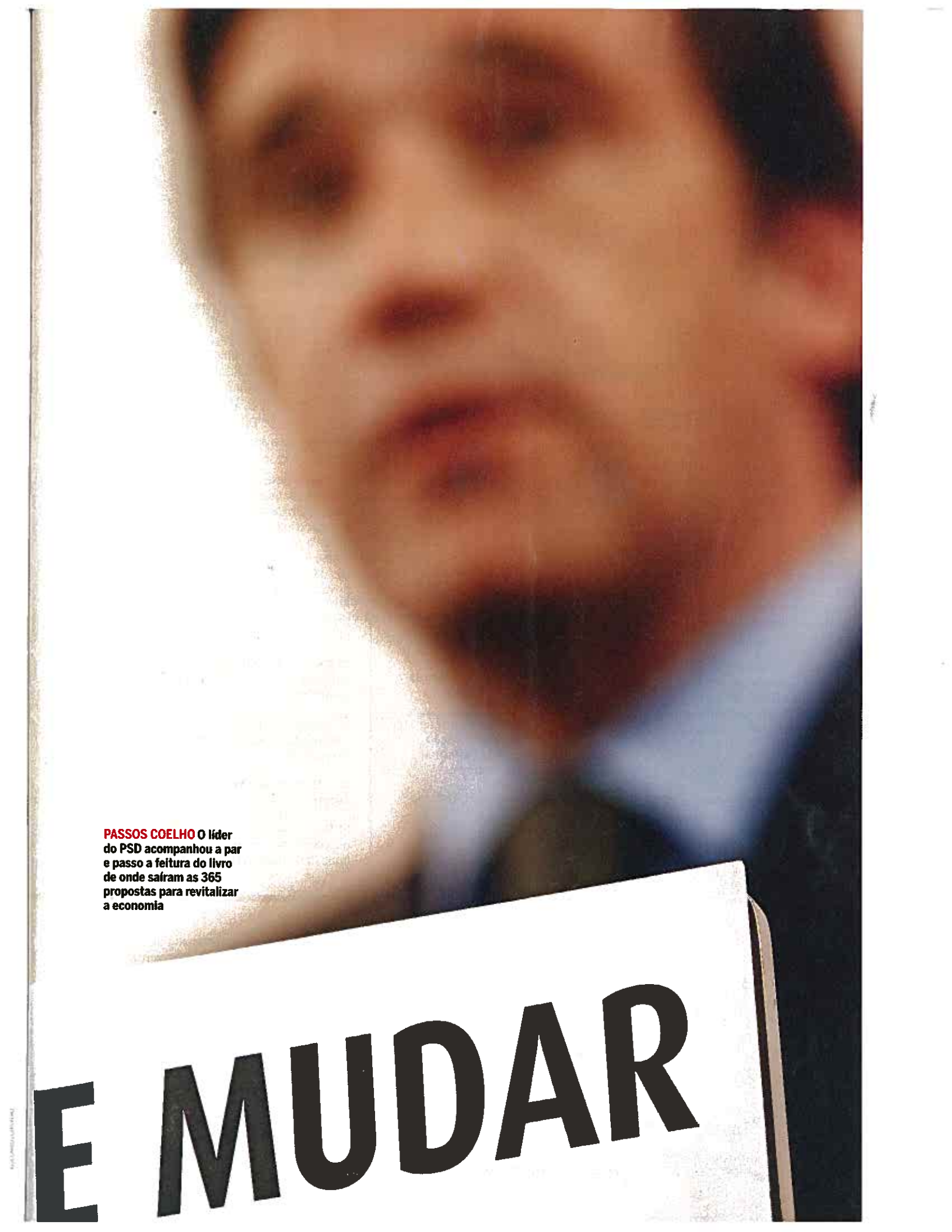
Aposta forte na sedução dos investidores estrangeiros, seja pelo recurso e pela formação de profissionais qualificados seja pela atribuição de generosos benefícios fiscais e distinções honoríficas

- » Contratar um *supersalesman* [um supervendedor], ex-top executive, para atrair investimento estrangeiro para Portugal, com uma equipa ao nível de secretaria de Estado com capacidade transversal e multidisciplinar (Finanças, Economia, Ambiente e autarquias).
- » Criar uma secretaria de Estado para os PALOP e outra para as PME.
- » Fazer visitas de Estado e focar a alta diplomacia na abertura de novos mercados.

- » Apostar no conceito «Lisboa, capital de negócios da Europa».
- » Escolher embaixadores políticos com perfil de gestão e dar-lhes formação sobre a realidade empresarial do País.
- » Inserir delegações do AICEP nas embaixadas.
- » Instituir prémios anuais para as melhores delegações do AICEP.
- » Canalizar grande parte do investi-

mento feito pelo AICEP em feiras para a promoção de Portugal nas televisões dos mercados-alvo.

- » Atribuir prémios e condecorações a investidores externos.
- » Fazer *lobbying* político junto dos grandes órgãos de comunicação internacionais que têm impacto nos mercados e nas agências de *rating*.
- » Orientar a política fiscal para favorecer o investimento estrangeiro.



PASSOS COELHO O líder do PSD acompanhou a par e passo a feitura do livro de onde saíram as 365 propostas para revitalizar a economia

E MUDAR

PORTUGAL
EXCLUSIVO



2 Sistema político

Só as Regiões Autónomas escapam à estratégia de reduzir a dimensão dos centros de decisão político-administrativa, alguns dos quais poderão mesmo ser extintos. Despartidarizar o governo é também uma opção latente, perante a intenção de incluir «os melhores quadros do setor privado» no executivo

» Decisão tomada em Conselho de Ministros é para ser aplicada imediatamente, sem perder o tempo habitual em situações em que a decisão pressupõe articulação entre vários ministérios.

» Melhorar a remuneração dos governantes – com vista ao recrutamento e retenção dos melhores quadros oriundos do setor privado e não apenas pessoas em final de carreira.

» Acabar com os Governos Cívicos.

» Reduzir o número de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia.

» Aplicar o exemplo alemão dos advisory boards: gente das empresas,

academias, associações e municípios que assessoram o Ministério da Economia em matérias como política económica, investimento externo, efeitos que as políticas têm na vida das empresas, etc.

» Executivos camarários monocolors, com todos os pelouros atribuídos ao partido vencedor.

» Rever a lei eleitoral, aplicando um sistema misto de representação proporcional e uninominal, de forma a aproximar eleitos de eleitores.

» Reduzir o número de deputados no Parlamento para cerca de 150 a 180, bem como reduzir o número de ministérios e secretarias de Estado.

4 Justiça

A aposta é desviar processos dos tribunais comuns e aumentar o salário dos juízes que decidam mais depressa, penalizando ainda a avaliação desses magistrados em caso de erro

» Criar tribunais por especialidade.

» Acelerar, para uma questão de dias, os prazos urgentes de arrestos e providências cautelares, que chegam a demorar seis meses.



3

RTP

É a única empresa pública analisada à lupa. Além da intenção de concessionar ou alienar o papel do Estado no serviço público de televisão, a aposta passa por extinguir canais. É o caso da RTPN

» Privatizar competências da televisão nacional: concessionar a RTP, limitando o *plafond* máximo ao concessionário de forma a conter o esforço orçamental para o *erário* público dos défices crónicos da estação pública. Em alternativa: privatizar a RTP1 e concessionar a RTP2. Atribuir aos privados competências de serviço público por um valor pré-determinado.

» Reduzir o número de canais (o canal África fica englobado no Internacional).

» Acabar com a RTPN, que só é acessível à parte rica da população (com plataforma paga).

» A RTP Memória passa a canal aberto

» Rever modelo do centro do Porto, que ocupa instalações caras com alto valor imobiliário e altos custos de eletricidade.



» Avaliar os juízes com impacto na sua remuneração e na dotação orçamental do tribunal, por forma a premiar as comarcas que têm produtividades anuais que chegam a ser o dobro de outras.

» Apurar claramente a responsabilidade do erro quando os recursos [judiciais] são contraditórios e levar isso em conta na avaliação dos juízes.

» Entregar a gestão operacional dos tribunais a gestores profissionais (aplicar idêntico princípio aos hospitais).

» Criar tribunais especiais



5

Saúde

A hipótese de privatizar unidades é o dado central neste capítulo. Também sobressai a ideia de pôr termo à cultura dos hospitais generalistas

- » Dividir os hospitais por especialidades.
- » **Introduzir mais gestão privada (contratos de gestão ou privatização de unidades), de modo a garantir melhor concorrência e comparabilidade no setor.**
- » Acabar com as listas de espera, montando turnos ininterruptos para operar, com prémios variáveis para os médicos.
- » **Separação total das unidades de cuidados continuados e tratamentos prolongados, de forma a libertar espaço e recursos nos hospitais públicos.**
- » Reformar os cuidados primários, prevendo autonomia de gestão e assunção de risco por parte dos centros de saúde.
- » **Rever tabelas de preços de financiamento dos hospitais públicos, para evitar subsidiação cruzadas.**
- » Criar em Coimbra um centro mundial de medicina dos olhos (com hotelaria, hospitais, consultas, investigação).
- » **Entregar a gestão operacional dos hospitais a gestores profissionais.**

para casos como arrendamento, insolvência e execuções comerciais

- » Retirar pequenos processos e ações sumariíssimas dos tribunais comuns (cheques pré-datados e telemóveis).
- » **Diferendos fiscais contra ou a favor do Estado que demorem mais de três anos a serem decididos devem passar para tribunais arbitrais.**
- » Tomar medidas violentas para acabar com a exagerada proximidade entre a Justiça e os media.

6 Contas do Estado

Realizar operações de charme nos mercados e agências de *rating* e fazer uma análise exaustiva à validade dos cerca de 13 500 organismos públicos são a receita apresentada para poupanças significativas do Estado. As grandes empreitadas só avançam com o aval do maior partido da oposição

- » Extinção drástica de institutos e organismos públicos, direções centrais e de empresas municipais no início da legislatura, o que permitirá reduzir a despesa corrente primária ao longo de oito anos.
- » **Cortar nos pequenos custos de ministérios e empresas públicas, nomeadamente em viagens, que consoante a duração devem ser feitas em classe económica; revisão dos planos de comunicações, utilização de produtos de marca branca no economato.**
- » Aproveitar os bens penhorados pelo Estado (em vez de os vender a preços abaixo do valor de mercado) para utilização pelo próprio Estado.
- » **Realizar permanentes roadshows junto dos credores da dívida do Estado e das agências de *rating*.**
- » Definir planos plurianuais de investimento público com acordo do principal partido da oposição.
- » **Concentrar a atividade do Estado na Economia cada vez mais no papel de regulador/ /pagador. Em relação ao papel prestador, concentrar-se no que os privados não fazem bem.**

www.honda.pt

HONDA
The Power of Dreams

CONTRA O PREÇO DA GASOLINA
NOVA PCX125. REVOLUCIONÁRIA.



7

Educação

A retirada do Estado da gestão direta do setor é o elemento central, alavancado em medidas como a do cheque-ensino ou de entregar as universidades a gestores profissionais. Ressaltam, também, as apostas em orientar toda a Educação para as necessidades específicas da Economia e em acabar com a escolha da área de estudo no 9.º ano

» Aplicar sistema do cheque-ensino, permitindo às pessoas escolherem a escola privada que sai mais barata ao Estado, em vez de ser o Estado a financiar o sistema público.

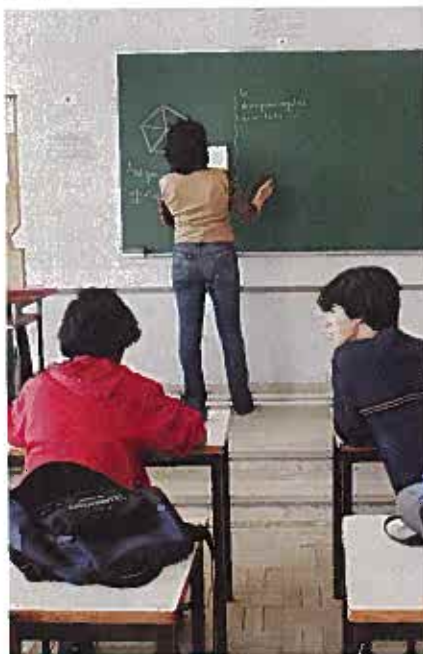
» Dar uma Educação mais transversal até o mais tarde possível (acabar com escolhas de áreas de estudo até ao 12.º ano), de modo a permitir opções e alterações de carreira ao longo da vida.

» Alargar o Programa Erasmus a docentes.

» Profissionalizar a gestão das universidades públicas.

» Aumentar drasticamente o número de licenciados e doutorados.

» Envolver o setor empresarial na Educação superior.



» Reembolsar as propinas universitárias após o primeiro emprego, a partir de um determinado patamar mínimo salarial (exemplo inglês).

» Aumentar o número de estágios durante o curso. Estudar o conceito de formação em alternância (seis meses na empresa, seis meses na universidade).

» Estimular a literacia económica no ensino básico de modo a que os alunos percebam e compreendam a Economia e como funciona o sistema capitalista.

» Introduzir uma disciplina de «método» (como na Holanda) para aprender a gerir o tempo e os processos. Criar cadeiras de cidadania e participação cívica.

» Educar e qualificar as pessoas – procurar o correto balanceamento entre o estado de desenvolvimento do País e as necessidades de Educação: não importa formar muitos advogados, mas tantos quantos os necessários.

» Criar um regulador das escolas, para permitir antecipar os ganhos de performance à medida que o Estado se retira da gestão direta da Educação.

8

Impostos

Uma alteração radical da filosofia fiscal. A ideia é centrar a tributação no consumo e não no rendimento, o que é válido para empresas e particulares, embora seja nas primeiras que as propostas são mais concretas

» Simplificar e estabilizar o sistema fiscal com taxas únicas e poucas exceções.

» Simplificar IRC e IRS e apostar na tributação, cobrança e fiscalização em sede de IVA.

EMPRESAS

» Conceder benefícios fiscais a grandes empresas que tenham à sua volta uma «nuvem» de PME certificadas que ajudem a substituir importações.

» Reduzir significativamente, ou abolir, o IRC e só cobrar impostos sobre os dividendos. Tributam-se os lucros dos acionistas e promove-se o reinvestimento e a capitalização das empresas.

» Baixar os impostos sobre os lucros em vez de atribuir subsídios.

» Bonificar fiscalmente fusões para permitir às empresas terem ganhos de escala.

» Alargar os prazos de caducidade e prescrição das dívidas fiscais.

» Favorecer o investimento estrangeiro na compra ou no reforço de capitais em empresas portuguesas.

» Incentivar as empresas nacionais com filiais estrangeiras a «trazer» para Portugal os lucros declarados no exterior.

» Acabar com o Pagamento por Conta para as microempresas.

» Pagar todos os impostos num ato único, à semelhança dos EUA

» Reduzir o prazo dos pagamentos do Estado de 180 para 30 dias.



PARTICULARES

» Conceder benefícios fiscais a grandes fortunas que queiram fixar-se em Portugal.

» Baixar o IMI para residentes estrangeiros.

» Atribuir incentivos a planos de poupança e reforma.

» Aceitar deduções em sede de IRS de gastos com empregadas, obras e outros expedientes que, normalmente, ficam fora da contabilidade oficial. O objetivo é «trazer» para o sistema estas atividades clandestinas.

9

Trabalho

A tendência para a flexibilização é notória. Aponta-se para a redução dos pagamentos por trabalho aos feriados e fim de semana e para a diminuição dos encargos com despedimentos. A fixação de subsídio de desemprego nas rescisões por mútuo acordo passa a ser uma certeza

» Reduzir a burocracia e os requisitos para se trabalhar em *part-time*, incluindo na Função Pública.

» Reduzir os pagamentos por trabalho ao fim de semana e feriados, como alternativa ao corte de salários.

» Estado e empresas partilham os salários de reformados que queiram continuar a trabalhar. O Estado paga menos pensões e a empresa poupa nos salários. O trabalhador receberá o mesmo.

» Criar regime especial de promoção da contratação de jovens e desempregados de longa duração.

» Flexibilizar os turnos em horas desfasadas ao longo do dia.

» Permitir a redução de salários durante um período de 18 meses em caso de dificuldades financeiras extremas das empresas. Estas deverão compensar as perdas quando regressarem aos lucros.

» Definir apenas duas classes de regras para indemnizações por despedimento: trabalhadores com cinco anos de antiguidade e trabalhadores com menos de cinco anos de antiguidade.

» Atribuir subsídio de desemprego nas rescisões por mútuo acordo.

» Baixar a Taxa Social Única (TSU) para diminuir o interesse económico das empresas em despedir.

» Promover negociações diretas entre sindicatos e associações patronais, sem intervenção do Governo, recorrendo-se a juízes arbitrais sempre que não haja acordo.

» Dar mais importância ao Acordo de Empresa em detrimento do Acordo Coletivo de Trabalho.

» Criar um programa de benefícios fiscais para empresas que aproveitem pessoas com experiência e mais de 50 anos e que estejam no desemprego passando-os para board advisers nas PME.



www.honda.pt

HONDA
The Power of Dreams

SISTEMA STOP&GO
APENAS 2,1lt /100 Km
POR 2.470€
NOVA PCX125. REVOLUCIONÁRIA.

- COM CARTA DE CARRO
- FÁCIL DE ESTACIONAR
- ÁGIL NO TRÁNSITO

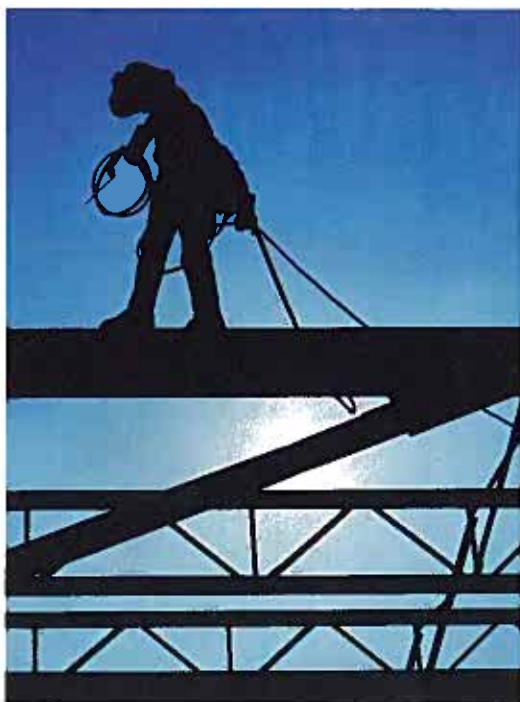



HONDA

10 Obras Públicas

A tónica é posta nos investimentos de proximidade, mas o documento não se compromete quanto ao destino a dar às grandes empreitadas previstas, como o TGV ou o novo aeroporto de Lisboa. As SCUT, essas, são mesmo para acabar

- » Preparar o porto de Sines – e ligação ferroviária à Europa – para receber barcos de grande porte que passarão na zona quando o novo canal do Panamá abrir, com o objetivo de competir com a rota do Suez e aproveitar a rota do Cabo
- » Transformar o porto de Leixões numa alternativa séria a Vigo.
- » Não aceitação de alterações durante a execução e responsabilização do dono da obra por trabalhos a mais não autorizados.
- » Privilegiar as empresas que têm vocação exportadora na adjudicação de obras públicas.
- » Apostar nos investimentos de proximidade virados para a regeneração urbana criando **míni Expos pelo País que recuperem, em vez de aumentarem, as áreas geográficas das cidades.**
- » Investir nas parcerias público-privadas (PPP) que não implicam encargos adicionais para o Estado, como as cidades judiciárias.
- » Garantir o fim das SCUT tão depressa quanto possível



11

Competitividade da economia

Exportar cada vez mais, apoiar as PME e promover o País e os seus produtos no exterior. Eis as linhas-mestras das muitas propostas apresentadas neste domínio

- » Promover um mercado de capitais próprio para as PME.
- » Criar um fundo estatal com pelo menos 150 milhões de euros para adquirir posições maioritárias em empresas.
- » A Caixa Geral de Depósitos deverá centrar-se no apoio às PME e à internacionalização
- » Promover a exportação de *know how*, como o Simplex, regulação no setor da água, e seguir os casos da REN que exporta *software* de aproveitamento do vento e da EDP que exporta *know how* de barragens para o Brasil.
- » Criar lojas de produtos típicos portugueses em centros comerciais do Norte da Europa.
- » Estimular o pagamento de importações com exportações. Um exemplo: colocar o Estado a triangular as exportações para Angola, por forma a que Angola pague em petróleo à Galp.
- » Assegurar a autonomia dos reguladores em relação à tutela, proibindo ex-gestores de empresas reguladas de transitarem para a regulação (assim como o inverso).
- » Aceitar fusões que resultem numa quota de mercado acima dos 50%, desde que haja livre acesso aos mercados
- » Reduzir o número de reguladores no setor dos media, sendo a Anacom e a ERC absorvidas pela Autoridade da Concorrência.

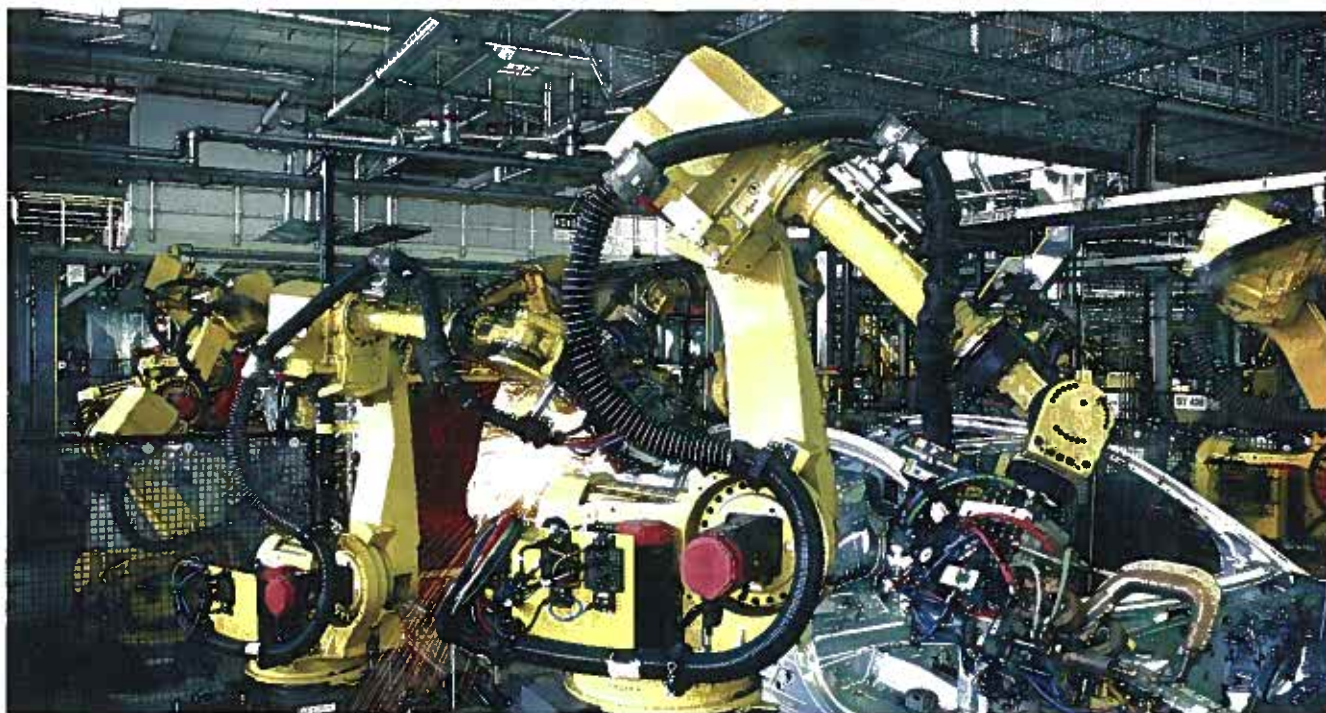
12

Privatizações

O Estado abdica dos direitos especiais na PT, EDP e Galp. Entre as empresas a alienar aparecem as mais mediáticas. A CP e a REFER têm uma dívida de 10 mil milhões de euros, o documento é parco em apontar soluções

- » Privatizar a ANA – Aeroportos de Portugal por áreas de negócio, ficando a mesma como detentora da concessão global, com subconcessões regionais.
- » Vender o negócio dos seguros da CGD.
- » Privatizar a TAP e fazer aliança com outra empresa de bandeira com acordo prévio entre acionistas para usar a marca TAP nas rotas estratégicas.
- » Privatizar empresas municipais ou, em alternativa, voltar a integrar os serviços nas Câmaras Municipais.
- » Vender o património da Defesa em áreas de luxo com potencial imobiliário e turístico.
- » Acabar com todas as *golden shares*.





» Retirar da Anacom a assessoria ao Governo, de modo a evitar demasiada proximidade do regulador com a tutela.

» Incrementar a venda de produtos agrícolas e alimentares portugueses a grandes cadeias internacionais instaladas em Portugal e a cadeias portuguesas a atuar no estrangeiro.

» Criar plataformas logísticas de

apoio à exportação por parte das PME, seguindo o exemplo italiano.

» Apoiar as PME na divulgação externa da sua atividade através de visitas de titulares de cargos públicos às empresas e divulgação de casos de sucesso no exterior.

» Apostar no turismo da natureza, cultural e ecoturismo e estudar o paradigma da Nova Zelândia e da

Austrália para os Açores e Alentejo.

» Seguir os exemplos da Florida e da Califórnia para o turismo sénior

» Apostar nas eólicas offshore [em mar-alto] dando concessões a empresas nacionais e estrangeiras.

» Patrocinar a aquisição de empresas em dificuldades ou com problemas de sucessão pelos seus trabalhadores.

Agora,
os seus
desejos
são ordem

42

SENSOR. A NOVA GERAÇÃO DE ESQUENTADORES TERMOSTÁTICOS DÁ-LHE TOTAL CONTROLO NA TEMPERATURA.

Simple de utilizar, os novos esquentadores termostáticos Sensor permitem-lhe seleccionar grau a grau a temperatura da água que deseja, com apenas duas teclas no aparelho ou no controlo remoto opcional, garantindo-lhe total estabilidade da temperatura.

Nunca a tecnologia da Vulcano foi tão longe em termos de respeito pelo ambiente, de economia, de conforto e de segurança para os utilizadores.

Sensor HDG*, com Hidrogerador
Sensor Atmosférico*, com baterias
Exaustão Natural
• Capacidades de 11, 14 e 18 l/min

Sensor Ventilado
• Capacidades de 11, 14 e 17 l/min

Sensor Estanque
• Capacidade de 24 l/min

Sensor Green (Condensação)
• Capacidade de 27 l/min

* Os modelos Sensor HDG e Sensor Atmosférico não dispõem da opção controlo remoto.



Pedro Reis

Gestor e conselheiro económico de Pedro Passos Coelho

'É preciso mudar o País de alto a baixo'

O autor do livro *Voltar a Crescer* fala numa «revolução económica» do País e pormenoriza o envolvimento, a par e passo, que o líder do PSD teve ao longo de todo o projeto

Qual foi o estado de espírito que encontrou junto dos gestores e empresários quando os inquiriu para o seu livro?

Um misto de ansiedade e preocupação pelo momento grave do País e um apelo a um momento de verdade, de que já não dá para escamotear as decisões sérias que se tem de tomar. Fiquei surpreso com a unanimidade quanto à ausência de uma visão estratégica para o País e no aspeto de que falta aos governantes saberem o que vai ser de Portugal nos próximos dez a 20 anos. Os empresários e os gestores estão fartos de conversas e de bandeiras, querem é ver as coisas acontecer. Pediram que haja consensos mínimos sobre prioridades máximas entre partidos, sindicatos e o Presidente.

Qual foi o envolvimento de Pedro Passos Coelho ao longo deste projeto?

Ele está na sua génese e acompanhou-o

A lista de Reis

O gestor teve conversas de cerca de hora e meia com 55 empresários e gestores, todas elas na sede do PSD. O resultado são as 365 medidas apresentadas no livro *Voltar a Crescer*. Eis alguns dos líderes consultados:

António Horta Osório (Lloyds Bank)
Alberto da Ponte (Central de Cervejas)
António Câmara (Ydreams)
Bernardo Bairrão (Media Capital)
Francisco Balsemão (Impresa)
José Maria Ricciardi (BES)
Luís Portela (BIAL)
Nuno Amado (Santander Totta)
Paulo Pereira da Silva (Renova)
Vera Pires Coelho (Edifer)
Paulo Azevedo (Sonae)
Vasco de Mello (Grupo José de Mello)

de muito perto. Pediu-me para trabalhar com ele uma lógica de reforma da economia. Recomendei que se buscasse um conjunto alargado de contributos, ao que ele entusiasticamente aderiu. Primeiro acompanhou a fase dos convites, e depois a das entrevistas com os gestores e os empresários. À medida que eu ia tendo essas conversas, ia trocando impressões com ele, que contribuiu até para o próprio guião das conversas. Fiz depois quatro conversas de grupo com cerca de dez dos entrevistados. E ele conduziu ativamente essas reuniões, a ouvir as pessoas, a passar a sua própria leitura da realidade. Senti o maior apoio e incentivo do dr. Passos Coelho, embora ele não tenha tido nenhuma interferência nos conteúdos. Com o livro pronto, utilizá-lo-á na medida que entender.

O líder do PSD absorveu positivamente as propostas apresentadas no livro?

Essa pergunta terá de a fazer a ele [risos]. Face às posições que tem tomado e à sua linha de pensamento, diria que há muitas situações em que percebeu o que foi dito e em que se identificará com as propostas. As 365 sugestões que estão no livro não são dele nem minhas, mas sim dos 55 entrevistados. Mas não será preciso esperar muito tempo para ver o aproveitamento que os órgãos oficiais do PSD farão deste trabalho, uma vez que o dr. Eduardo Catroga já está a trabalhar no programa de governo. Este trabalho é pedido, patrocinado e incentivado pelo PSD e, portanto, imagino que não será deitado fora. Ao longo destes me-

ses apercebi-me do entusiasmo de muitas pessoas do PSD por este trabalho, por ele ir ao fundo da questão e por ter auscultado a fonte da sociedade e da economia.

Já trocou algumas impressões com Eduardo Catroga sobre o livro?

Alguns membros do seu grupo de trabalho já conhecem o livro e até admito que o dr. Catroga já o tenha, mas ainda não o discuti pessoalmente com ele. Não tenho dúvidas nenhuma de que o livro vai ser dissecado à lupa por ele e pela sua equipa.

A visão marcadamente liberal deste documento não poderá assustar as pessoas?

A ideologia diz pouco às pessoas quando elas estão a passar mal, desempregadas, ou a verem os seus empregos instáveis e os seus salários reduzidos. Se o propósito é que as empresas cresçam para criarem emprego e gerar, assim, mais impostos para que um Estado sustentadamente social possa acudir aos mais desfavorecidos, se isto é liberal então eu sou liberal. Em que medida é que as medidas estatais dos últimos anos protegeram as pessoas e as levaram a algum lado?

É de esperar que as alterações radicais propostas resistam à política eleitoral e até à sua inclusão num programa eleitoral?

Eu próprio não digo que subscrevo todas as 365 sugestões. Mas mudar o País requer algo muito próximo disto. Se soluções destas não resistem a ciclos eleitorais, então o País não resiste aos resultados eleitorais.

São propostas que mudam a forma de funcionar do País. O que lhe garante que um próximo



Governo não fará marcha-atrás?

Acho que esse acordo será possível se pensar que isto não é plano para uma legislatura: isto é um programa de mudança do País, que precisa de uma revolução económica pacífica. Este livro propõe mudar o País de alto a baixo, com um contrato de sociedade, assinado por todas as forças. E que o governo que chegue não branqueie e anule tudo o que está para trás, só porque não foi ele a fazê-lo.

Crê num entendimento na Saúde, tendo em conta a proposta de privatizar hospitais que, certamente, não terá o aval do PS?

Sempre que foi feita a comparação entre a gestão pública e a privada se concluiu que a privada é mais eficiente em prol do doente, gasta menos recursos. A percepção é que o Estado paga de mais para dar a resposta que dá. Porque é que o Estado não põe esse serviço a concurso? O que lhe interessa é que a pessoa tenha acesso aos mesmos cuidados e seja bem tratada. Não é pegar na saúde pública e torná-la privada: o que há são áreas da saúde que podem ser concessionadas, saindo mais barato ao Estado.

Na área da Justiça também defendem que a gestão seja feita por profissionais...

... nos tribunais, isso seria feito por gestores públicos. A Justiça não funciona e não podemos conviver mais com isto: uma média de 547 dias para resolver um diferendo é pura dinamite! A falta de Justiça mina o desenvolvimento das empresas, porque não lhes oferece estabilidade e previsibilidade. Nem é possível combater a evasão fiscal sem reformar a Justiça.

Porque é que no livro a compensação salarial da Função Pública é tratada como «um problema prioritário»?

O peso dos funcionários públicos em Portugal é excessivo e essa é uma das razões pelas quais o Estado não pode baixar impostos. E é por causa dos impostos que as empresas não podem ser competitivas. Tem de se repensar isto tudo, pois o que se paga à Função Pública em percentagem do PIB é insuportável. O livro não diz o que fazer aos funcionários públicos a mais, mas aponta uma direção: distribuí-los por funções onde possam gerar riqueza. Há muita gente encostada ou desmotivada por erros das chefias, que não sabem aproveitá-la. Noutro organismo há alguém que sabe rentabilizar melhor essas pessoas. Basta aplicar a lógica das empresas. **T.F.E. J.P.V.**

OPINIÃO



Pedro Norton

O que não é o PSD

FACTO 1: A fazer fé nas sondagens, e caso se realizassem hoje eleições legislativas, a maioria dos portugueses daria a vitória ao PSD, sem contudo lhe entregar uma maioria absoluta para governar o País.

FACTO 2: A fazer fé nas sondagens, a maioria (agora sim absoluta) dos portugueses não acredita que o Governo seja capaz de cumprir as metas orçamentais a que se propôs. Que é como quem diz, a maioria dos portugueses não confia minimamente no Governo.

FACTO 3: A fazer fé nas sondagens, uma esmagadora maioria dos portugueses (63%) defende que o PSD deve evitar provocar eleições antecipadas.

Confuso? Eu também. Especulemos pois sobre esta bizzarria.

CENÁRIO 1: Os portugueses ensandeceram de vez e querem ver no Governo um partido em que não confiam em absoluto sem primeiro tirar de lá um outro em que não confiam de todo. Uma espécie de arranjinho político desenhado por M. C. Escher. É a tese do «enlouquecimento global».

CENÁRIO 2: Os portugueses estão verdadeiramente fartos de políticos, politólogos, sondagens e eleições, desistiram de ter opinião, divertem-se a responder o que primeiro lhes passa na mona e vão à sua vidinha que está muito difícil. É a tese do «seja lá o que Deus quiser» ou, na versão mais laicamente correta, «o último a sair que apague a luz».

CENÁRIO 3: Os portugueses estão com o Eng.º Sócrates pelos cabelos (fartos dos seus «truques», no dizer mais requintado de Alexandre Soares dos Santos), sabem que o homem os conduzirá fatalmente à desgraça, mas não fazem a mínima ideia do que seja esse tal de PSD. É a tese do «estamos à beira do precipício mas ainda não percebemos se a alternativa não será um passo em frente».

Entre as três hipóteses, confesso, mon coeur balance. Mas como sou um homem prático facilmente entendo que pouco ou nada há a fazer se os portugueses tiverem coletivamente ensandecido ou se tiverem desistido desta pátria impro-

vável. O que nos deixa com o Cenário 3. E mesmo relativamente a esse, não vale a pena perder muito tempo nem muitas energias. Ninguém, no seu inteiro juízo, se vai pôr agora a exigir ao Dr. Passos Coelho que nos explique o que é o PSD. Há desafios que todos reconhecemos ser impossíveis e parece cristalinamente óbvio que não existirão dois militantes com a mesma resposta para tão esfingica pergunta. Felizmente a forma de sair deste intrincado paradoxo – e começa a



JOSE CARLOS CORREIA

Sossegue o País, Dr. Passos (...) Diga-nos o que nunca será

ser urgente desatar este nó – é estupidamente simples: bastará que o Dr. Passos nos diga o que não é o PSD. Ou, melhor ainda, quem não é o PSD.

Sossegue o País, Dr. Passos. Diga-nos mais claramente ainda (porque é verdade que já o sugeri) que o seu governo não será o comboio fantasma de *apparatchicks* que todos imaginam. Diga-nos que não nos vai obrigar a mudar de governo para que tudo fique na mesma. Diga-nos que percebe, tão bem como nós percebemos, que muitos dos seus entusiasmados apoiantes de hoje foram os indefetíveis de Sócrates até anteontem. Diga-nos que não vai ficar refém dos mesmos interesses económicos e financeiros que sustentaram o delírio socialista. Diga-nos com firmeza e coragem o que não é, nem nunca será. Vai ver que é o que basta para fazer desequilibrar a balança. **■**